

Apresentação da segunda parte da Seção Temática: Balanço do Fundeb

Márcia Aparecida Jacomini

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos/SP – Brasil

José Marcelino de Rezende Pinto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

Finalizando a seção temática *Balanço do Fundeb*, publicamos os últimos seis artigos. Nestes meses que separam a publicação dos 12 primeiros artigos destes, o novo Fundeb foi regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que disciplina a forma de apurar a complementação da União para estados e municípios, estabelece os critérios de ponderação entre as etapas e modalidades da Educação Básica e a fiscalização pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS).

O artigo **Pontos Críticos do Processo de Negociação Política na Criação do Fundeb 1: a atuação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação**, de Iracema Santos do Nascimento, abre a segunda parte da seção temática trazendo ao leitor uma espécie de rememoração àqueles que participaram ativamente do processo de discussão, mobilização, negociação e aprovação do Fundeb em 2006 e um importante relato histórico aos mais jovens, ou aos que se interessam pelo embate de forças políticas e movimentos sociais nos processos legislativos.

A autora relata o processo que envolveu setores da sociedade civil organizada, com importante protagonismo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Executivo e o Legislativo e que culminou na aprovação do Fundeb. Destaca que os principais embates ocorreram em torno da inclusão das creches para a garantia da equidade e da ampliação do aceso, do aumento da complementação da União, do estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade de ensino e do piso salarial para os profissionais da educação, todos mecanismos necessários à melhoria da qualidade da educação básica pública.

O artigo constitui relevante contribuição para o entendimento dos meandros da tramitação do Fundeb no Legislativo e das negociações com o Executivo, mas, principalmente, realça o papel dos setores da sociedade civil comprometidos com a educação pública, universal, laica e de qualidade, socialmente referenciada.

Na sequência, ainda sobre processos de construção de políticas de fundos, mas agora sobre o Fundeb permanente, o artigo **O Novo Fundeb É uma Vitória? Análise das disputas políticas pelo projeto do Novo Fundeb**, de Micaela Passarino Gluz, traz uma análise da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 15/2015, na Câmara dos Deputados e nº 26/2020, no Senado Federal, com foco na atuação da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (CNDE) e do movimento empresarial Todos Pela Educação (TPE) em torno do debate sobre a complementação da União.

Por meio de análise documental, a autora analisa diversas manifestações da Campanha e do Todos Pela Educação, destacando as diferenças de concepções sobre o financiamento da educação básica brasileira. Enquanto o TPE defendeu, durante todo o processo, que a complementação da União, além de 15%, não era necessária, a CNDE, comprometida com a defesa do direito à educação de qualidade para todos, arguiu a necessidade de um percentual mínimo de 40% de complementação da União, respaldada num conjunto de estudos, em especial no Custo Aluno Qualidade (CAQ), percentual negociado durante o processo com base na correlação de forças.

Entre as conclusões do estudo, a autora reconhece que houve avanços na aprovação do Fundeb permanente no que se refere à complementação da União, porém destaca que o índice final obtido (23% a partir de 2026) não corresponde às necessidades de financiamento de uma educação básica de boa qualidade para todos.

Como parte das necessárias contribuições sobre o financiamento da educação em redes municipais de ensino, o artigo **O Gasto Aluno Ano e o Fundeb: uma análise do financiamento da educação básica dos municípios de Araquari, Florianópolis e Joinville/SC**, de Jeana Baumgartner Mendonça e Kátia Cristina Sommer Schmidt, traz resultado de pesquisa que investigou o financiamento da educação em três municípios catarinenses com base no demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, disponível no Relatório da Execução Orçamentária de 2017. O intuito do trabalho foi verificar em que medida os gastos aluno-ano desses municípios se aproxima do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e a participação do Fundeb no financiamento da educação.

As autoras constataram que o Fundeb é a principal fonte de recursos para as três redes de ensino investigadas. Verificaram, também, que o valor anual gasto por aluno e o 'gasto aluno potencial' foram superiores ao valor definido pelo CAQ nos municípios de Araquari e Florianópolis, contrariando a hipótese inicial da pesquisa. O artigo constitui importante contribuição para o conhecimento do financiamento da educação nos entes federados, trazendo para as pesquisas da área um olhar mais acurado para as grandes diferenças entre os entes de um mesmo estado da federação.

Alguns estudos têm mostrado que há estados que perdem recursos da educação com o Fundeb, ou seja, depositam no Fundo mais recursos do que recebem. O artigo **Os Efeitos do Fundeb na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro (2007-2020)**, de Fábio Araújo de Souza, contribui com esse debate ao trazer resultados de investigação que analisou os efeitos do Fundeb na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro no período de 2007 a 2020.

Além de mostrar que o governo estadual destinou R\$ 62,6 bilhões ao Fundeb no período e recebeu menos da metade (R\$ 30,2 bilhões), também verificou que houve uma redução de 43,6% das matrículas na rede estadual de ensino e que os salários dos professores sofreram perdas de 22% e 49%, a depender da jornada de trabalho.

Numa perspectiva crítica, o autor reconhece que o Fundeb sanou alguns problemas observados na implementação do Fundeb, mas ressalta ser fundamental analisar o financiamento da educação no marco das políticas neoliberais que têm contribuído para um desinvestimento nas áreas sociais e, conseqüentemente, limitando os potenciais impactos positivos das políticas de fundos no financiamento da educação básica.

Os dois últimos artigos dessa seção temática abordam questões que têm sido sistematicamente deixadas de lado na implementação das políticas públicas.

O primeiro deles, **Racismo e Equalização: o Novo Fundeb e o Direito à Educação Escolar Indígena e Quilombola e em Territórios de Vulnerabilidade Social**, de autoria de Salomão Ximenes e Denise Carreira, discute, nas palavras dos autores, “[...] os desafios colocados às políticas de financiamento para que atuem efetivamente em prol da equalização na garantia do direito à educação, com base no necessário reconhecimento da relação entre igualdade e diferenças”. O texto ressalta a insuficiência das políticas universais para superar o racismo estrutural que marca a sociedade brasileira e resgata a luta dos povos indígenas e da população negra e quilombola para garantir sua condição de sujeitos de direitos. Tendo como referência a proposta de Custo Aluno-Qualidade Adicional (uma inovação), o novo Fundeb e o Sistema Nacional de Educação, os autores, ao final, apresentam quatro propostas de regulamentação desses importantes instrumentos de política pública.

Já no texto **As Esperanças Perdidas da Educação de Jovens e Adultos com o Fundeb**, José Marcelino de Rezende Pinto faz uma análise da evolução do atendimento da EJA nos últimos anos, buscando captar eventuais efeitos da política de fundos. O autor analisa também o comportamento das metas do PNE 2014-2024 mais associadas a essa modalidade de ensino. Por fim, ante a absoluta falta de dados confiáveis sobre os recursos aplicados na EJA por estados, DF e municípios, entes que são seus efetivos financiadores, dada a omissão federal, fez-se uma estimativa dos recursos destinados ao setor tendo como referência a matrícula e parâmetros de gasto por aluno. Em sua análise, ressalta o autor que, como diz o título do artigo, as expectativas do setor em relação ao Fundeb não se concretizaram, que a política de fundos, em sua própria lógica, desestimula a expansão do atendimento, não importa o nível ou modalidade. Nas simulações empreendidas, aponta-se um gasto estimado em EJA de 0,28% do PIB, em 2019, por parte dos entes subnacionais e afirma-se que o atendimento a essa modalidade tem respondido melhor a políticas extrafundos, como foi o caso dos programas Recomeço e Fazendo Escola.

Márcia Aparecida Jacomini é Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo e Editora da Revista Fineduca.

José Marcelino de Rezende Pinto é Professor Titular da Universidade de São Paulo e Editor-associado da Revista Fineduca.

Editores do volume 11

Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil
 José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil

Comitê Editorial

Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	Maria Beatriz Luce Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Andréa Barbosa Gouveia Universidade Federal do Paraná, Brasil	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Fernanda Saforcada Universidade de Buenos Aires, Argentina	Nelson Cardoso do Amaral Universidade Federal de Goiás, Brasil
Jacques Velloso Universidade de Brasília, Brasil	Nicholas Davies Universidade Federal Fluminense, Brasil
João Monlevade Senado Federal, Brasil	Robert E. Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jorge Abrahão de Castro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	Romualdo Portela de Oliveira Universidade de São Paulo, Brasil
Lisete Regina Gomes Arelaro Universidade de São Paulo, Brasil	Rosana Gemaque Rolim Universidade Federal do Pará, Brasil
Luis Carlos Sales Universidade Federal do Piauí, Brasil	Rubens Barbosa de Camargo Universidade de São Paulo, Brasil
Luiz de Sousa Junior Universidade Federal da Paraíba, Brasil	Theresa Adrião Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Luiz Fernandes Dourado Universidade Federal de Goiás, Brasil	Tristan McCowan University of London, Reino Unido
Magna França Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	Vera Jacob Universidade Federal do Pará, Brasil
Marcos Edgar Bassi Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil	Vera Peroni Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Maria Angélica Pedra Minhoto Universidade Federal de São Paulo, Brasil	Vitor Henrique Paro Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Apoio ao Comitê Editorial: Caio Cabral da Silva
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira
 Revisão de inglês: Sabrina Ferreira